

Portugal e a Globalização: um Destino Histórico?¹

Luís Brites Pereira²

1. Introdução

O fenómeno da globalização económica e financeira iniciou-se no século XV com a era dos descobrimentos portugueses, que conduziram à afirmação progressiva da hegemonia da Europa Ocidental e Atlântica, em geral, e de Portugal, em particular, sobre o resto do mundo neste período. Desde então, verifica-se uma integração nas dinâmicas de mundialização económica de praticamente todas as zonas do globo, com os seus recursos materiais e humanos, na generalização e intensificação a todos os níveis das trocas de mercadorias e dos movimentos de capitais e no incremento das inovações tecnológicas e institucionais.³

Para Portugal, o mérito de ser a primeira “nação globalizadora” derivou de um conjunto de inovações geo-económicas e geo-políticas criadas pela liderança portuguesa da altura. É de salientar o papel que as políticas activas de promoção da inovação tecnológica tiveram neste processo de afirmação de hegemonia, designadamente ao nível das técnicas de navegação. A criação de um sistema global de frotas, bases, alianças e rotas de comércio; a organização de um projecto colectivo de 'descobertas', e, acima de tudo, a implantação de uma instituição de liderança global permitiu aos portugueses serem os primeiros a olhar "para fora", para o mundo, em geometria variável, tirando dessa situação um enorme proveito económico.

¹ Ensaio preparado para apresentação na conferência de 9 de Maio de 2007 organizada pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL), em parceria com o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), no quadro da série de eventos em memória do historiador Jorge Borges de Macedo. Agradeço o desafio que me foi lançado pelo seu filho, o Professor Doutor Jorge Braga de Macedo, em dar continuidade à minha linha de investigação sobre a política económica externa portuguesa, mas agora com um “olhar histórico”. Fico grato ainda pelas numerosas conversas que tivemos sobre os trabalhos do historiador que hoje está a ser justamente homenageado.

² Bolseiro Pós-Doutoramento no programa Desenvolvimento Global do Instituto de Investigação Científico Tropical (IICT) e Professor Auxiliar Convidado na FEUNL.

³ “A globalização é uma resultante intrínseca e absolutamente definidora da evolução das economias que se libertaram da produção para o auto-consumo e se orientaram para a produção para o mercado. A partir do momento em que a troca passa a comandar as decisões de produção, inicia-se um processo objectivo de integração económica, de extensão espacial das economias e de geração e aprofundamento de interdependências, que se auto-alimenta, que tende a abarcar a totalidade dos espaços económicos conhecidos e que se molda e transforma a partir da interacção entre as dinâmicas globais que gera e as dinâmicas locais e particulares que permanecem”, p3. de António Mendonça, **Globalização económica, economia global e o papel da CPLP: uma perspectiva de Cabo Verde**, Documento de trabalho, Outubro 2005, disponível em pascal.iseg.utl.pt/~portugalbrasil/files/Globalizacao_economica_Antonio_Mendonca.pdf.

Contudo, o processo de crescimento moderno, representado sobretudo pela disseminação da revolução industrial, fez entrar a economia portuguesa numa trajetória de empobrecimento relativo, também comum à Espanha, a chamada “decadência ibérica”. Apesar de ter sido precoce na manifestação dos primeiros sinais de afirmação da burguesia como classe e do capitalismo como forma de organização económica (final do século XIV e século XV), Portugal foi assim tardia na plena afirmação das realidades industriais e urbanas que caracterizaram a plena afirmação de ambos (final do século XIX e meio do século XX). As causas da decadência eram variadíssimas mas, segundo Borges de Macedo, as dificuldades provinham muito mais de eventuais deficiências de governo ou de competências pessoais do que deficiências estruturais ou culturais.⁴ Seja como for, a problemática da decadência tornou-se a preocupação central dentro da mentalidade vivencialista portuguesa do fim do século XIX.

Hoje em dia, a fraca competitividade da economia portuguesa implica a necessidade de mudar o modelo de crescimento económico, até porque os factores que têm dado vantagem competitiva no passado, tais como os baixos salários, estão condicionados pelo aparecimento de novos concorrentes. No entanto, julgo que o desafio proporcionado a Portugal pela actual vaga de globalização deve ser entendido mais como uma oportunidade do que uma ameaça. Saber gerir o processo de globalização, contudo, implica a prossecução de políticas que promovam activamente a competitividade da economia portuguesa de forma a garantir um desenvolvimento sustentável num espaço económico alargado. Ou seja, configurar a globalização como uma oportunidade implica apreender o processo de concorrência concreto que lhe está subjacente e os incentivos para responder à oportunidade.⁵

Para tal, uma eficiente ligação ao mercado internacional é essencial para a economia crescer de forma sustentada a longo prazo, especialmente tendo em conta que a competitividade hoje é global. Concretamente, uma economia crescerá o que crescerão os bens transaccionáveis que produz. O desafio económico concreto que Portugal enfrenta é o de aumentar o valor acrescentado ao ritmo de desenvolvimento desejado, de forma a assegurar um crescimento mais rápido da economia portuguesa permitindo retomar a dinâmica de convergência real com a Europa.

Além deste aspecto, no novo contexto mundial definido pela globalização e pela mudança tecnológica, o conhecimento tornou-se na principal riqueza das nações e um importante factor de crescimento. A concretização deste objectivo deverá assentar assim num crescimento mais rápido da produtividade, associado a um forte investimento nos sectores de bens transaccionáveis, o que para ser compatível com a criação de emprego intensivo em conhecimento também exige uma mudança no

⁴ **Portugal: Um Destino Histórico, Lisboa:** Academia Portuguesa de História, 1990, separata das 1as Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal, a fonte principal deste ensaio. A citação referida encontra-se na p. 274.

⁵ Braga de Macedo e Brites Pereira, **Diferencialidade Portuguesa na Globalização**, texto da apresentação na Sociedade de Geografia de Lisboa em 8 de Fevereiro de 2007.

padrão de actividades do país sintonizado com a dinâmica do comércio internacional e uma maior capacidade de captar investimento directo estrangeiro (IDE) estruturante.

Porém, analisando a produção de bens transaccionáveis durante a década de 90, verifica-se que o crescimento económico se manteve com uma insuficiente produção dos mesmos. Em consequência directa desta insuficiência, a economia portuguesa endividou-se de forma galopante em relação ao exterior e a balança comercial deteriorou-se. Esta situação reflecte a perda de competitividade das exportações portuguesas tradicionais e também a falta de afirmação das exportações provenientes das indústrias de alta e média-tecnologia, associadas ao conhecimento, que hoje em dia são uma componente cada vez mais importante do comércio de produtos industriais transformados

Ora, em vez de encarar a questão da competitividade em termos exclusivamente económicos de forma a responder às preocupações com o desenvolvimento económico hodierno, que são particularmente exigentes e significativas à semelhança do sucedido no fim de século XIX português, este ensaio faz apelo à história pois responder às mesmas exige, antes de mais, que olhemos para o nosso passado, a nossa vivência em comum. Tal exigência prende-se com a necessidade de compreender, de uma forma consciente e esclarecida, a nossa identidade enquanto povo pois o conhecimento assim adquirido é requisito impreterível para uma melhor definição do interesse nacional e do *modus operandi* que o permite alcançar. Neste empreendimento, a contribuição dos historiadores é decisiva porque a evocação do passado ajuda a construir o futuro ao estimular o auto conhecimento das nações. Só assim será possível precisar o seu destino histórico no contexto económico e social em que estão inseridas.

No contexto acima descrito, convém recordar que a pergunta efectiva que se coloca aos portugueses é a de saber se estamos em condições de continuar a constituir uma eficácia nacional. Eis algumas das questões que surgem da leitura de Borges de Macedo e que se revelam actualíssimas: Que conteúdo pode ser facultado à vivência colectiva que não seja retórico, efémero e circunstancial? Dará a consciência do destino histórico força para uma concretização própria no contexto da globalização? Qual será o destino histórico, indissolúvel da experiência adquirida pelos portugueses a que é preciso acrescentar a renovada capacidade de um esforço realizador?

Na tentativa de começar a dar resposta a estas questões, na secção 2 definem-se as três vagas de globalização enquanto na secção 3, descrevem-se os traços principais do destino histórico de Portugal face à crise da “decadência” económica verificada nos povos da península ibérica no fim do século XIX. Na secção 4, aborda-se a questão do crescimento económico e do desempenho das exportações portuguesas no contexto da terceira vaga de globalização. A partir do exemplo da “crise do destino”, apresentam-se algumas considerações na conclusão que julgo relevantes para a definição do destino histórico hodierno e ressalta-se a esperança nas capacidades da nação portuguesa como chave para o seu desenvolvimento económico.

2. Três vagas de globalização⁶

O fenómeno da globalização económica e financeira iniciou-se no século XV com a era dos descobrimentos portugueses e terminou no início do século XIX. O processo de globalização neste período significou a afirmação progressiva da hegemonia da Europa Ocidental e Atlântica sobre o resto do mundo, começando com Portugal e a Espanha, passando pela Holanda e terminando com o Reino Unido, já nos séculos XVIII e XIX. Esta primeira vaga tornou então acessíveis ao conhecimento europeu não só as Américas – transformando o Oceano Atlântico num verdadeiro *Mare Nostrum* da civilização ocidental – como a Índia, o Sião, a China e o Japão.

Abertas as comunicações entre os continentes, estavam criadas as condições para o desenvolvimento das relações económicas modernas. A partir desta data o processo de globalização traduz-se na integração nas dinâmicas de mundialização económica de praticamente todas as zonas do globo, com os seus recursos materiais e humanos, na generalização e intensificação a todos os níveis das trocas de mercadorias e dos movimentos de capitais e no incremento das inovações tecnológicas e institucionais. É precisamente nesta fase que se constróem as bases e os canais de comunicação que permitiram o desenvolvimento do sistema de relações económicas internacionais que perdura até aos nossos dias. No entanto, o crescimento do comércio internacional não ultrapassou pouco mais de 1% por ano até ao Congresso de Viena em 1815.⁷

Por sua vez, a afirmação da hegemonia britânica acima referida ficou a dever-se, em parte, a circunstâncias históricas particulares, tais como progressos demográficos superiores aos seus rivais continentais aliados à ausência de guerras e das suas sequelas no seu território. Mas, sobretudo, foi o resultado de uma organização económica superior que se traduziu numa incorporação extremamente eficaz das descobertas científicas nas dinâmicas de inovação tecnológica e técnica, permitindo à indústria britânica transformar-se na indústria mais competitiva da época. É de salientar o papel que as políticas activas de promoção da inovação tecnológica tiveram neste processo de afirmação de hegemonia, designadamente ao nível das técnicas de navegação. À supremacia naval, assim adquirida pelo Reino Unido, deve acrescentar-se a prática de uma política comercial extremamente agressiva, de base mercantilista, fortemente orientada para o favorecimento e protecção das indústrias domésticas e que, conjugada com a primeira permitiu o domínio do comércio internacional e das relações económicas a ele associadas.

⁶ Para uma descrição pormenorizada do fenómeno da globalização, sugere-se a leitura de Mendonça, op. cit., a fonte principal da exposição que segue. Note que este estudo faz referência a seis fases de globalização, ao invés das três aqui consideradas, que resultam do critério de classificação diferente nele adoptado.

⁷ Michael D. Bordo, **Globalization in Historical Perspective**, na revista *Business Economics*, Janeiro 2002.

A segunda vaga da globalização decorreu do início do século XIX até à Primeira Guerra Mundial em 1914 e caracterizou-se pela hegemonia britânica mas também a elevação do peso económico relativo do Atlântico Norte na economia ocidental. Em termos de políticas económicas, houve várias medidas de liberalização que abriram caminho para uma nova fase de relações internacionais que impulsionaram uma economia global. Na viragem dos anos 40 do século XIX, por exemplo, a política comercial proteccionista inglesa foi substituída por uma política de liberalização progressiva que culminou com o levantamento unilateral de todas as restrições comerciais e tarifárias em 1860. Ao mesmo tempo foram abolidas as leis de navegação que interditavam o transporte de mercadorias inglesas por barcos de outros países. Estas medidas de liberalização foram mais ou menos seguidas pelos outros países do continente europeu e teve um impacto muito positivo no crescimento do comércio internacional, na difusão das tecnologias e no crescimento económico em geral.⁸ Além destes aspectos, a partir de 1870 os movimentos internacionais de capitais adquiriram uma tal amplitude que, embora diferentes nas suas características, não se afastavam muito, em termos quantitativos, da situação actual.⁹

Pode dizer-se que, a partir de década de 70 do século XIX, o sistema económico baseado na economia de mercado tinha atingido a sua maturidade assentando numa produção industrial em larga escala, num comércio internacional desenvolvido e em contínua expansão e em significativos movimentos internacionais de capitais dos países europeus em direcção às colónias e aos novos países do ultramar. Esta vaga de globalização representou a entrada da economia mundial na sua fase adulta adquirindo características que se prolongaram até aos nossos dias. Produziu-se também a entrada efectiva na era do crescimento económico, baseado na expansão do comércio e do investimento internacional, na especialização e na generalização do progresso técnico. Neste contexto, o crescimento do comércio mundial disparou entre 1815 até 1914, com um crescimento de 3,5% ao ano.¹⁰

A segunda vaga de globalização viria a sucumbir no período turbulento de trinta anos que compreende as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão, tendo este último acontecimento antecedido a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939. A actual vaga de globalização, surge só no fim da mesma, sendo os seus traços posteriormente acentuados a partir dos anos setenta com o abandono do padrão ouro em 1973, que

⁸ Mendonça, op. cit., p. 10, refere ainda o desenvolvimento de fortes correntes migratórias europeias para os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, a Argentina e o Brasil e, também, da Índia e da China para outras zonas asiáticas, África e Estados Unidos, no quadro deste processo de intensificação das relações económicas internacionais, que ocorre na segunda metade do século XIX. Estas correntes migratórias foram favorecidas pelo desenvolvimento dos transportes e redução dos respectivos custos e foram um vector decisivo da integração económica global pela difusão de referências comuns que geraram e pela diversificação e intensificação dos fluxos económicos internacionais.

⁹ De acordo com Maddison, op.cit., os activos britânicos no estrangeiro em 1913 representavam uma vez e meia o seu PIB e geravam rendimentos que faziam o PNB ser superior ao PIB em cerca de 9%.

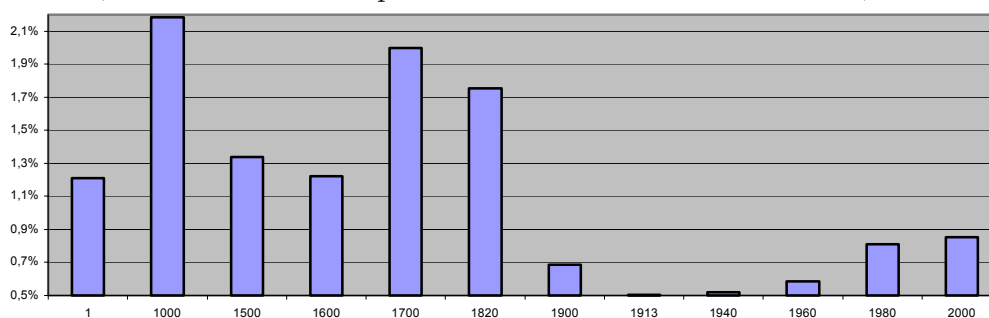
¹⁰ Bordo, op.cit.

permitiu, desde então, a eliminação dos controlos de fluxos de capital nos países desenvolvidos e em muitos emergentes. Os acontecimentos posteriores na China, na URSS e na Índia deram assim o pontapé final na nova corrida globalizadora.¹¹ A globalização da terceira vaga, que se tem acelerado desde o fim da guerra-fria, caracteriza-se por três aspectos interligados. O primeiro é a maior abertura de mercados ao comércio e ao investimento externo (menos protecçãoismo); o segundo é a liberalização das trocas comerciais e financeiras, que agora estão sujeitas a um menor nível de regulação, especialmente no caso dos mercados financeiros; o último é o papel predominante das tecnologias de informação e de comunicação.

3. O destino histórico português na segunda globalização

Qual o posicionamento português ao longo dos séculos que compreendem o fenómeno da globalização? Durante a parte inicial da primeira vaga, Portugal foi a primeira potência na história da humanidade a criar um poder global. O mérito de ser a primeira "nação globalizadora" derivou de um conjunto de inovações geo-económicas e geo-políticas criadas pela liderança portuguesa da altura: "A criação de um sistema global de frotas, bases, alianças e rotas de comércio; a organização de um projecto colectivo de 'descobertas', e, acima de tudo, a implantação de uma instituição de liderança global, que, depois, amadureceria com o sistema mundial britânico dos séculos XVIII e XIX".¹² Os portugueses foram assim os primeiros a olhar "para fora", para o mundo, em geometria variável. Em consequência desta estratégia vencedora, a percentagem do PIB português no total do Ocidente (excluindo Japão), passou de 1,3% em 1500 para aproximadamente 1,9% em 1700 (ver Figura 1).¹³

Figura 1: % PIB português no total do Ocidente (Maddison, 2001)
(estimativas consistentes para PIB em dólares internacionais de 1990)



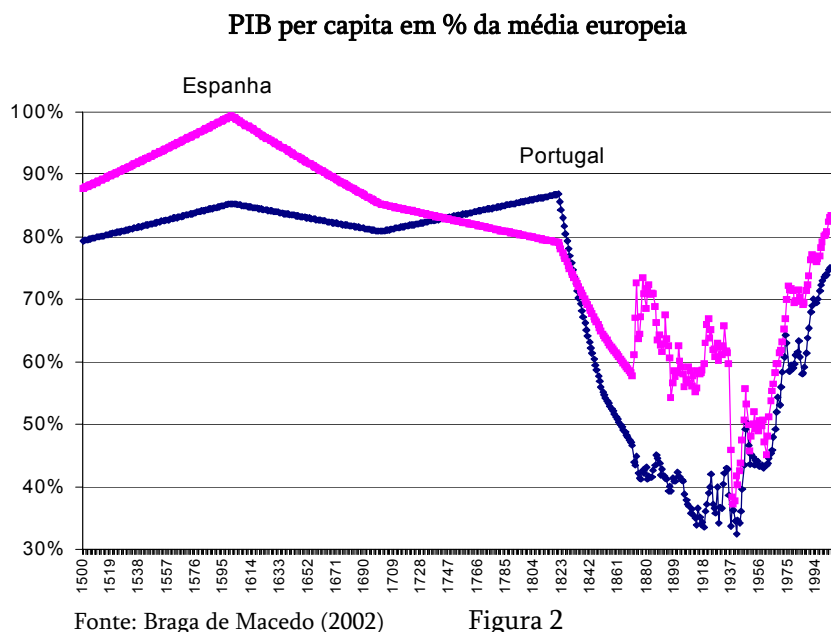
Verificou-se, no entanto, um acentuado declínio económico durante a segunda vaga de globalização: a percentagem do PIB português no total do Ocidente passou para

¹¹ Ver Mendonça, op. cit., p.17-34 para uma descrição pormenorizada da mesma.

¹² Comunicação de George Modelski, especialista americano em ciclos geo-políticos e geo-económicos, disponível em www.janelanaweb.com/vento/modelski.html. Segundo o mesmo, os ciclos de globalização económica e financeira nem sempre coincidem com os ciclos geo-políticos. Mas tecem uma malha em conjunto, em relação à qual convém estar atento.

¹³ Angus Maddison, **The World Economy: a Millennial Perspective**, Paris: OCDE, 2001 e actualizações posteriores, já usadas em Macedo e Pereira, op. cit.

menos de 1% com a revolução industrial (Figura 1), voltando apenas agora a estar próxima desse valor.¹⁴ No início do século XIX, por volta de 1830, a economia portuguesa registava um nível de criação de riqueza por habitante (medido pelo produto per capita) comparável aos de outros dez países europeus desenvolvidos, fossem eles de pequena ou de grande dimensão. Considere-se, a título ilustrativo, a comparação com a Espanha (Figura 2).



É de salientar que nessa altura Portugal detinha uma posição importante no capitalismo comercial em que se baseou a economia-mundo subsequente ao século XV, como acima descrito. Portugal servia, assim, de referência para os empresários europeus que, tendo liderado, com os Descobrimentos, a formação da primeira configuração uma economia verdadeiramente mundial, e tendo tido a ‘sorte’ (ou o ‘azar’...) de encontrar sucessivos ciclos de comércio internacional proveitoso, foram conhecendo dificuldades crescentes, seja na diversificação de mercados, seja na diversificação e valorização dos produtos de exportação, com a progressiva internacionalização do comércio e do investimento, sobretudo quando ela, acentuando a sua profundidade, se passou a designar por globalização (os mares, onde os navios portugueses dominaram esmagadoramente, como se sabe, nos séculos XVI e XVII, com mais de dois terços dos efectivos, exprimem com dureza este processo uma vez que, nos nossos dias, bastante menos de 1% da frota comercial mundial tem origem portuguesa).¹⁵

¹⁴ Reproduzido de Braga de Macedo, *Globalização, desenvolvimento e bem comum*, **Europa e globalização: um conceito estratégico para Portugal**, encontrosdoporto '02: Associação Comercial do Porto, pp.27-51 com dados de Maddison, op.cit.

¹⁵ Artigo de Augusto Mateus, **Economia Portuguesa: Articulação Difícil Entre Mudanças Internas E As Exigências Competitivas**, publicado no Atlas De Portugal: O País Socioeconómico, disponível em <http://62.48.187.117/atlas/Cap3/Cap3a.html>.

Contudo, o processo de crescimento moderno, representado sobretudo pela disseminação da revolução industrial, fez entrar a economia portuguesa numa trajetória de empobrecimento relativo, em que a dominação informal da Inglaterra, uma pauta alfandegária liberal e a ausência dos recursos necessários à chamada primeira industrialização ocuparam lugar de relevo.¹⁶ Segundo Modelski, os erros dos que sempre perderam a batalha da liderança mundial o erro derivou de se dar prioridade aos objectivos 'clássicos' da ideia de império, enquanto que os que triunfaram optaram por políticas mais inovadoras de liderança global.¹⁷

Embora parcial, esta explicação tem o mérito de salientar quão determinante é para um país a escolha da estratégia económica certa como também das políticas que a sustentam. Em relação às últimas, exige-se sobretudo uma eficaz articulação entre a política económica externa e a interna de forma a fomentar a competitividade e o desenvolvimento económico.¹⁸ Nesse sentido, este ensaio enfatiza a dificuldade da articulação entre as dinâmicas internas e internacionais como factor determinante da “decadência” que marcou o fim do século XIX português, caracterizada pelo atraso face ao processo industrialista ocidental e cujo reflexo está bem patente na Figura 2.¹⁹

Esta dificuldade justifica-se por um vasto e complexo conjunto de factores e fenómenos históricos, sociais, culturais, religiosos e políticos, muito para além dos aspectos estritamente económicos. Assim, em vez de encarar esta questão em termos exclusivamente, faz-se um apelo à história, a nossa vivência em comum. Ora, nesta tarefa a contribuição dos historiadores é decisiva porque a evocação do passado ajuda a construir o futuro ao estimular o auto conhecimento das nações. Só assim será possível precisar o seu destino histórico no contexto económico e social em que estão inseridas.

Segundo Borges de Macedo, o problema histórico dos portugueses tem sido o de conhecer as possibilidades colectivas da comunidade e o de saber como levar a efeito o aproveitamento dessas conjunturas favoráveis ou como as transformar, definindo assim o seu destino histórico. As razões do atraso económico no período em causa eram variadíssimas mas, para o historiador, é importante destacar que as dificuldades provinham muito mais de eventuais deficiências de governo ou de competências

¹⁶ José Reis, **Estado, Mercado e Comunidade: A economia portuguesa e a governação contemporânea**, disponível em www.ces.uc.pt/jr/publics/econpt/2004estmerccom.pdf.

¹⁷ Por exemplo, os holandeses e os ingleses "sistematizaram" o golpe de asa lusitano: optaram por ser potências marítimas e por projectar o seu poder globalmente, em vez de se consumirem nas tentativas de um poder continental europeu monocolor – ambição que mataria Felipe II de Espanha, o Rei Sol e depois Napoleão Bonaparte de França, e finalmente o Kaiser Guilherme II e Hitler da Alemanha. Os Estados Unidos, no século XX, seguiriam a mesma cartilha globalizante – o que, também, os colocou em vantagem face ao "desafiador ideológico", a URSS, que não se envolveu numa guerra mundial pela liderança

¹⁸ Macedo e Pereira, **Diferencialidade**, op. cit. p. 9 explicita-se a forma como a competitividade criadora de emprego assenta na diferencialidade de uma nação, e como esta sustenta a competitividade da economia numa óptica de política.

¹⁹ Julgada aliás comum aos povos peninsulares. É o tema da secção 3 “Acusações e destino histórico”, pp. 271-281.

personais do que deficiências estruturais ou culturais. Seja como for, a problemática da decadência tornou-se a preocupação central dentro da mentalidade vivencialista portuguesa vigente. Do ponto de vista da presente exposição, o que interessa saber é qual a resposta social e política encontrada no contexto de uma decadência considerada irremediável.

A “solução” proposta à época foi a do expediente da culpabilização de classes sociais e grupos de pensamento em vez de uma averiguação séria sobre a forma como enriqueceram as nações mais pobres da Europa de foram a tirar as devidas ilações. Em todas as intervenções, a cultura portuguesa preferiu a fácil polémica ideológica e acusatória, dirigida sempre ao objectivo de diagnosticar responsáveis, que eram quase sempre os mesmos: os “outros”. Privilegiou-se a desresponsabilização em detrimento da acção correctora esclarecida e atempada. Nesta óptica, o atraso só era solúvel como um revolução “correctora” ideológica e dialéctica que exigia a substituição dos governantes responsáveis. A resposta, com facilidade se dirigia, seja no sentido da campanha anti-clerical, anti-monárquica, e anti-aristocrática, seja reciprocamente anti-liberal e anti-democrática.

A vida portuguesa não concebeu nem preparou uma análise crítica da sociedade, no seu conjunto, assim como ignorou os esclarecimentos provenientes das experiências desenvolvidas na Europa, na América ou até no Japão. O escol político-eleitoral, pouco se interessava em esclarecer em profundidade as razões sociais, económicas e culturais do atraso nas suas modalidades reais. Desinteressou-se do pensamento político próprio que implicava estudar a sua própria situação. Em vez disso, proferiu as posições doutrinárias apreendidas noutras culturas mais em voga, apresentando exemplos oriundos dos grandes estados e com pouca relevância para o caso português.

Houve, no entanto, um processo de análise da sociedade portuguesa onde se destacou o debate sobre qual o caminho mais eficaz que permitiria preparar a sociedade portuguesa de modo a enfrentar os seus problemas. Nele, levantavam-se duas alternativas: Dever-se-ia levar a cabo uma crítica dura, impiedosa, sem quaisquer atenuantes, a hábitos intelectuais e humanos ou promover estudos e preparar ambiente para se perceber por que motivo a vida portuguesa tinha estado sujeita, durante mais meio de século, ao descuido das mudanças políticas?

Esta última posição teve pouca popularidade devido à excessiva hegemonia do político puro. Como consequência, não houve lugar nem ambiente para projectar, em profundidade, uma política económica e social ajustada à sociedade portuguesa de então. E mesmo no campo político, não foram postos em prática os instrumentos correctores que pudessem garantir a indispensável eficácia e prestígio do regime constitucional vigente.²⁰ A responsabilidade desta situação não residia, no entanto, exclusivamente com o escol político pois também se assistiu a uma grave imprevidência da classe média, que se transformou, em mera usufrutuária de uma estabilidade que nem quis gerir e que não soube aproveitar. Havia pois, uma sociedade

²⁰ Destino, op. cit., p. 276.

com erradas noções das suas responsabilidades, uma característica que persiste, lamentavelmente no nosso entender, até aos nossos dias.

As consequências desta situação para a política externa tornaram-se mais graves a partir de 1876, quando se verificou o aumento das responsabilidades coloniais portuguesas e um consequente envolvimento mais complexo nas questões internacionais. No entanto, as dificuldades inevitáveis associadas a uma política externa foram mal percebidas pelos quadros políticos médios cuja grelha interpretativa da realidade não os deixava perceber que Portugal sempre viveu enfrentando obstáculos inevitáveis decorrentes da sua presença internacional. Os quadros diplomáticos, no seu conjunto, estavam mal preparados para as exigências que envolve a diplomacia de um pequena potência. Também aqui se reflecte a incapacidade de assumir as responsabilidades próprias

Esta situação levou a que toda a vida peninsular, nas suas modalidades de estado e nações se questionasse de diferente modos: a preocupação em encontrar um destino histórico tocava a todos. Foi neste contexto que surge a pergunta sobre se Portugal tinha destino histórico. A pergunta decorria da situação de decadência que tinha sido diagnosticada, num processo colectivo de angústia ligado à fraqueza do espírito crítico nacional, ritualizada na exploração do ridículo secundário, na fraca solidariedade social e na incapacidade em vencer o atraso industrial. Destino histórico passou então a dirigir-se mais à consciência da situação em que os portugueses se encontravam, como comunidade, acrescentada da experiência que lhes foi dada pelas outras situações problemáticas, que em comum, enfrentaram e resolveram.

No caso do destino histórico de Portugal, há um outro elemento que importa salientar, evidente mesmo no período de pobreza industrial dos séculos XIX e XX, expressão transitória da decadência peninsular. É o da facilidade em ligar a Meseta Ibérica ao Mar do Norte e ao Mediterrâneo ao invés do Mar Oceano. “Este foi, durante séculos, uma incógnita agressiva agora provida de outras formas específicas de pressão que, em qualquer momento, se podem tornar decisivas”.²¹

4. Crescimento e exportações na terceira globalização²²

O alargamento da União Europeia, a par da globalização crescente dos mercados internacionais, acentuou as condições concorrenciais das economias, nomeadamente na atracção de poupança estrangeira e na exportação de bens e serviços. Perante tal cenário, as empresas portuguesas só poderão vencer estes desafios se aumentarem o seu nível de produtividade e de competitividade, o que por sua vez implica um modelo de economia baseado na criação de valor acrescentado através da inovação, da

²¹ Destino, op. cit., p. 266.

²² O argumento que segue baseia-se na análise elaborada pelo autor deste ensaio enquanto assessor económico junto do Ministério da Economia e da Inovação no âmbito do capítulo da internacionalização do Plano Tecnológico, cuja versão integral se encontra disponível em www.publico.clx.pt/docs/politica/planotecnologico/planotecnologicointegral.pdf.

tecnologia, da investigação e desenvolvimento, da logística, da comercialização, da promoção e da intermediação. O desafio económico que Portugal enfrenta é o de aumentar o valor acrescentado ao ritmo desejado, tal como consagrado na Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015 que tem como objectivo assegurar um crescimento mais rápido da economia portuguesa, permitindo-lhe retomar a dinâmica de convergência real.²³

A concretização deste objectivo deverá assentar num crescimento mais rápido da produtividade, associado a um forte investimento nos sectores de bens transaccionáveis, o que para ser compatível com a criação de emprego exige uma mudança no padrão de actividades do país, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional. No entanto, a breve caracterização da situação portuguesa face à actual vaga de globalização releva, como vimos, que o caminho a percorrer para concretizar este objectivo é exigente. De forma a melhor compreender esta exigência, nesta secção começa-se por abordar a problemática do crescimento económico português antes de considerar a actividade exportadora.

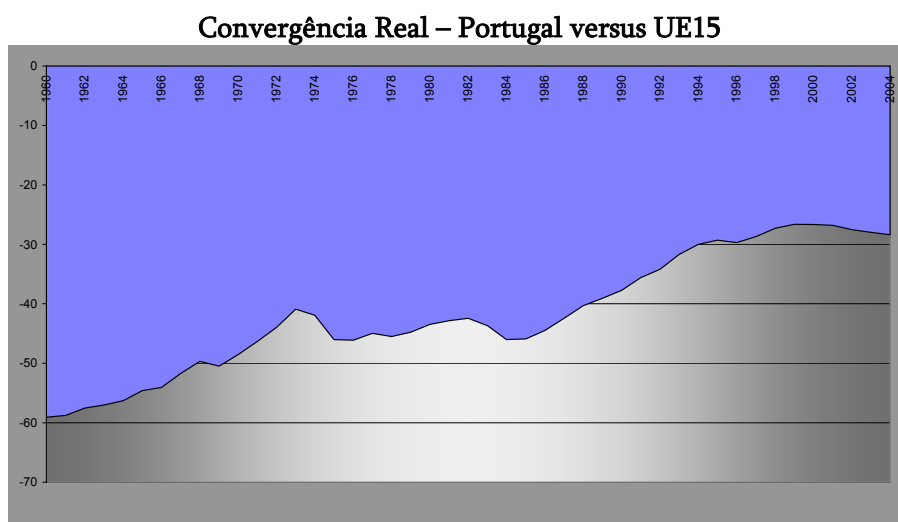
No novo contexto mundial definido pela globalização e pela mudança tecnológica, o conhecimento tornou-se na principal riqueza das nações e um importante factor de crescimento. Tipicamente, os factores de crescimento da economia são decompostos em trabalho, capital físico, capital humano e produtividade total dos factores. De forma simples, pode afirmar-se que o factor trabalho se relaciona com a quantidade de pessoas no mercado de trabalho e o capital físico com o investimento em infra-estruturas, maquinaria e equipamento. Por outro lado, o capital humano mede a qualidade da força de trabalho, determinada pela educação, qualificação profissional, saúde e motivação para o trabalho. Finalmente, a produtividade total dos factores é o crescimento da produção não explicado pelos factores trabalho e capital (físico e humano). Neste último, pode incluir-se a inovação tecnológica e organizacional pois relaciona-se com a maior ou menor eficiência na utilização dos recursos existentes, ou seja, a maior ou menor produtividade, daí a importância do factor do conhecimento.

Qual o comportamento do crescimento económico português e quais os factores que o impulsionam?²⁴ Desde a década de cinquenta, Portugal registou uma forte convergência com os países europeus mais desenvolvidos. Em 1960, o PIB per capita

²³ Disponível em http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC-30E508633158/0/ENDS_2004.pdf

²⁴ A temática do crescimento económico português é amplamente abordada por Abel Mateus nos seguintes textos: **Economia Portuguesa**, Editorial Verbo, 2ª edição, 2001; **Um Novo Modelo para a Economia Portuguesa**, Janeiro 2002 e **Portugal's Convergence Process: Lessons for Accession Countries**, Outubro 2003, estando os dois últimos disponíveis em <http://docentes.fe.unl.pt/~amateus>. Como fontes adicionais, recorre-se ao *background paper* intitulado **Plano Tecnológico: Enquadramento Económico**, que elaborei conjuntamente com Susana Narciso em Junho de 2005, e também a Pedro Lains, **Catching-up to the European Core: Portuguese Economic Growth, 1910-1990**, Working Paper, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Fevereiro de 2003 e José Silva Lopes, **A Economia Portuguesa no Século XX**, Coleção Breve: Economia, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

português correspondia a 40% da média da União Europeia a quinze (UE15). Entre 1960 e 1973 registou-se o período de maior crescimento económico e também o período de convergência mais acentuada de forma que, em 1973, o PIB per capita já correspondia a 63% da média da UE15. Desde 1973, continua a registar-se uma aproximação à média da UE15, mas a convergência nestes últimos trinta anos tem sido mais lenta e irregular (ver Figura 3).²⁵ Se entre 1999 e 2001 Portugal tinham atingido os 70%, os dados mais recentes mostram uma ligeira descida.



Fonte: Mateus, 2003.

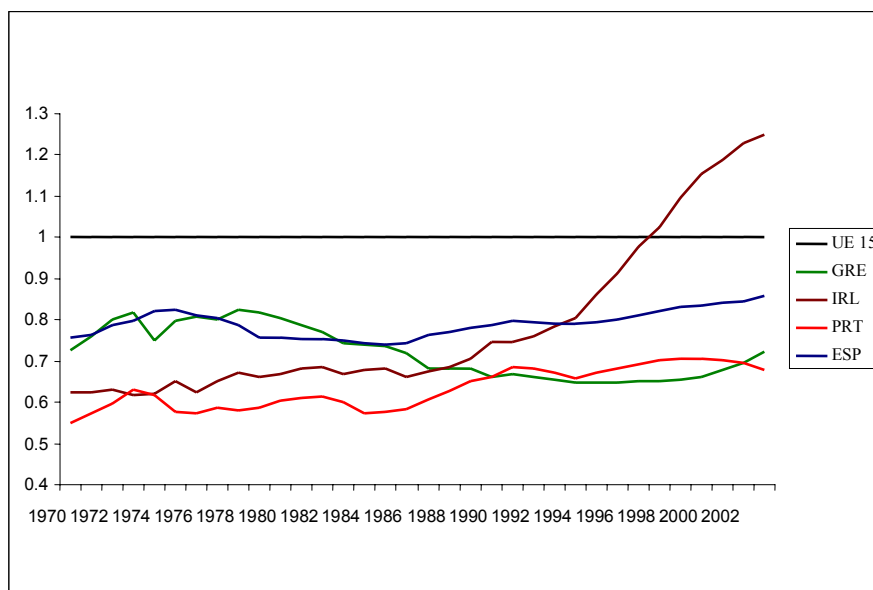
Figura 3

O desempenho da economia portuguesa nos últimos trinta anos pode ser dividido em várias fases. Os períodos de 1973 a 1975 e de 1982 a 1984 foram de divergência em relação à UE, sendo que em 1984 o processo de convergência tinha regredido cinco pontos percentuais em relação a 1973. Estas duas fases de divergência são geralmente associadas aos dois choques petrolíferos (apesar de estes não terem afectado apenas o nosso país) e também à revolução de 1974, que foi acompanhada nos anos seguintes de graves desequilíbrios macroeconómicos (inflação, défice público, défice externo e endividamento junto do exterior). Depois de 1984, Portugal retoma o seu processo de rápida convergência e, em 1990, ultrapassa o valor de PIB per capita que é necessário para ser considerado um país desenvolvido.

Os padrões de crescimento da economia portuguesa não estão muito longe daqueles que caracterizam o resto do mundo. À grande fase de crescimento das décadas de cinquenta e sessenta, seguiu-se um crescimento mais irregular um pouco por todo o mundo. A grande excepção a este novo padrão são algumas economias asiáticas que continuaram a registar fortes crescimentos económicos mesmo na década de noventa, que foi de algum abrandamento no crescimento económico europeu.

²⁵ Naturalmente, se esta comparação for feita em relação à média da União Europeia após o mais recente alargamento (UE27), Portugal mostra uma melhor performance, com cerca de 75% do PIB per capita médio.

PIB per capita (PPC a preços de 2000)



Fonte: OCDE

Figura 4

Qual o desempenho português relativo? Comparemos a evolução nos últimos trinta anos de Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia, países que no início dos anos setenta se encontravam todos abaixo da média europeia em termos de PIB per capita e que têm algumas características semelhantes, nomeadamente em termos de localização periférica em relação à UE. Podemos observar que, no início da referida década, Espanha e Grécia ocupavam uma posição semelhante em comparação com UE15, com cerca de 80% do PIB per capita médio. Por outro lado, constata-se que Portugal e Irlanda ocupam posições semelhantes dados que o PIB per capita representava cerca de 60% da média UE15. No entanto, a evolução destas economias tem sido bastante distinta desde então.

O caso de maior sucesso tem sido sem dúvida a Irlanda que conseguiu uma evolução positiva sustentada de tal forma que, em 1998, tinha atingido a média da UE15, encontrando-se actualmente 25% acima dessa média. Por outro lado, a evolução da Grécia foi em sentido contrário, ou seja, com 80% da média no início da década de setenta, iniciou um processo de divergência que a levou no final da década de noventa a valores de PIB per capita de 65% da média UE15. Durante os anos noventa, Portugal conseguiu mesmo ultrapassar a Grécia no processo de convergência com a UE. Este feito, no entanto, inverteu-se desde 2002. A Espanha, apesar de alguma irregularidade no início dos anos oitenta, mantém um processo de convergência contínuo e sustentado. Apesar de Portugal apresentar níveis de desenvolvimento superiores à média dos novos países da UE, é necessário ter em atenção que estes países têm um elevado potencial de crescimento. De notar que países como o Chipre e a Eslovénia mostram já melhores indicadores de PIB per capita que Portugal (Figura 5).

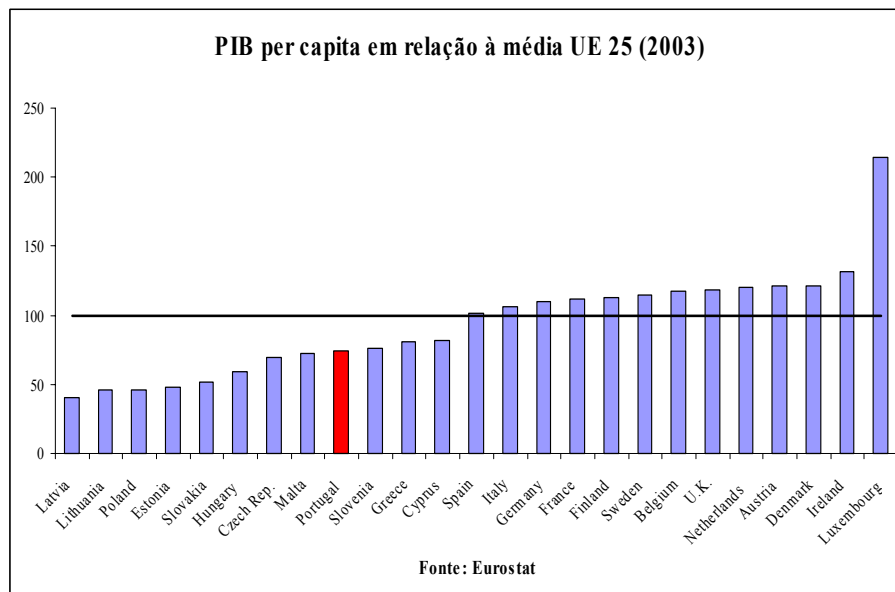


Figura 5

Qual a explicação para a evolução acima descrita? Nas décadas de cinquenta e sessenta, o elevado crescimento da economia portuguesa foi impulsionado pela acumulação de capital físico (tendo o capital humano pouca importância) e também por algum progresso tecnológico, sobretudo com processos produtivos adoptados de outros países. Neste período conseguiram-se aumentos de produtividade significativos na ordem do 3,5% ao ano. A partir dos anos setenta, começou a verificar-se um esgotamento do modelo assente em ganhos obtidos por via da acumulação de capital físico, o que acabou por se traduzir no fraco crescimento da produtividade total dos factores. Nos anos setenta, também não se procurou introduzir alterações significativas no modelo de crescimento económico. As indústrias transformadoras, que foram o grande motor do crescimento entre 1960 e 1973 com uma expansão média de 9% ao ano, perderam peso relativo desde os anos noventa, tendo o sector crescido apenas cerca de 2,5% ao ano.

Mas recentemente, assistiu-se à crescente especialização em indústrias de trabalho intensivo, com baixo grau de sofisticação e pouco competitivas, assentando em baixos custos de mão-de-obra (por exemplo, o vestuário e o calçado). O problema é ainda mais grave uma vez que estas indústrias, que se caracterizam por baixa evolução tecnológica e pouco valor acrescentado, são as que representam a fracção mais elevada das exportações portuguesas, como referido abaixo. Verifica-se mesmo que a produtividade dos sectores com maior crescimento de quantidades produzidas e melhor performance das exportações está abaixo média do sector industrial, o que põe em causa a nossa capacidade de competir no mercado mundial.²⁶

A fraca competitividade da economia portuguesa implica a necessidade de mudar o modelo de crescimento de forma a melhorar a competitividade portuguesa, até porque

²⁶ A. Pinto Barbosa et al. (1999), **O Impacto do Euro na Economia Portuguesa**, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

os factores que têm dado vantagem competitiva no passado, tais como os baixos salários, estão a desaparecer devido à entrada dos novos países na UE. Portugal tem perdido competitividade mesmo quando comparamos apenas com a UE15, como é evidente na Figura 6, que apresenta a evolução dos custos unitários do trabalho, indicador que traduz os aumentos salariais descontados dos aumentos de produtividade. Em relação a este indicador, Portugal está sempre acima da média EU15 desde 1995, com valores muitas vezes positivos que indicam aumentos de remunerações dos trabalhadores acima dos aumentos de produtividade. A Irlanda é o exemplo contrário, registando sistematicamente valores negativos para este indicador, obtendo assim vantagem comparativa a nível internacional.

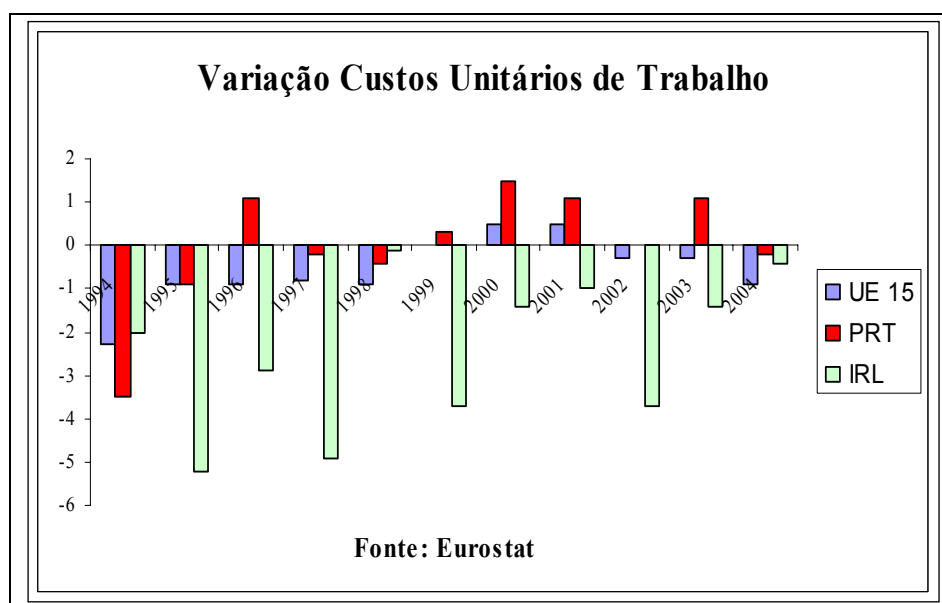


Figura 6

Na Figura 7 é ainda possível constatar que Portugal é o país com a mais baixa produtividade por trabalhador da UE15, e que mesmo considerando os países do mais recente alargamento da UE, já é ultrapassado pela Eslovénia, Chipre e Malta.

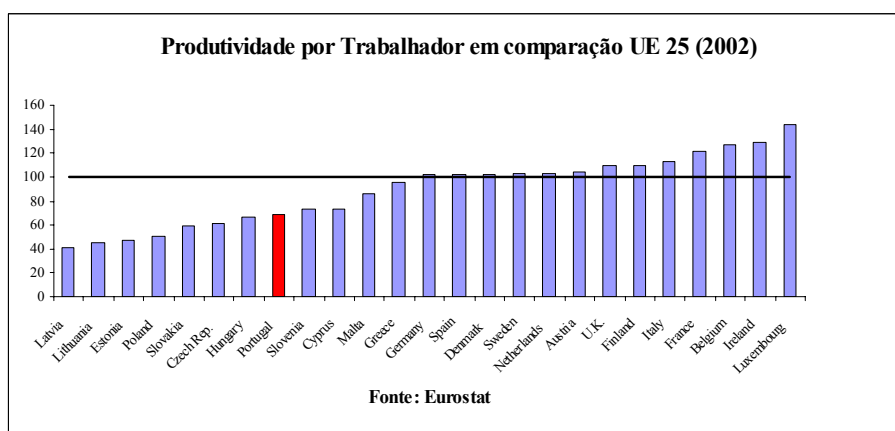


Figura 7

O crescimento económico dos últimos anos tem sido impulsionado pelo consumo privado e público, o que tem levado ao endividamento dos agentes económicos. O aumento de consumo só pode ser sustentado pelo aumento da produtividade dos factores, o que não tem acontecido apesar de se manter a acumulação de capital físico. Aliás, Portugal continua a ser dos países que mais investe. Ao considerar-se a formação bruta de capital fixo em percentagem do PIB (Figura 8), constata-se que Portugal está claramente acima da média europeia em relação a este indicador, pelo que o problema que se coloca não é a falta de investimento mas a qualidade e o destino do mesmo. A acumulação de capital físico tem um peso elevado em actividades como a construção, mas os sectores mais virados para a tecnologia (maquinaria, equipamento, software) têm ainda uma importância relativamente baixa. Portugal está ao nível dos países mais avançados em termos de infra-estruturas mas muito atrás no que respeita a avanços tecnológicos.

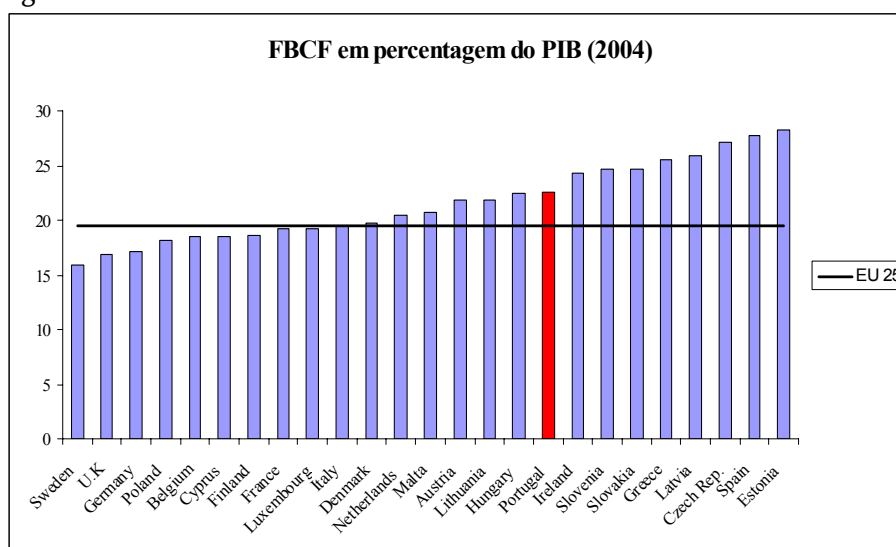


Figura 8

Em jeito de síntese, pode afirmar-se que Portugal está a enfrentar um processo de desindustrialização semelhante ao decorrido noutros países mais desenvolvidos mas com a agravante de o mesmo ser acompanhado de níveis de PIB per capita relativamente reduzidos e sem a existência de uma indústria sólida e sustentável a longo prazo. Para além das dificuldades já referidas, este modelo de crescimento económico encontra-se esgotado devido aos desajustamentos macroeconómicos que provocou pois o aumento da procura que não foi acompanhado pelo lado da oferta.

Tendo em conta que a competitividade hoje é essencialmente global, uma eficiente ligação ao mercado internacional é essencial para que a economia cresça de forma sustentada a longo prazo. Isto é, uma economia só crescerá o que crescerem os bens transaccionáveis (bens e serviços passíveis de exportação) que produz. Porém, analisando a produção de bens transaccionáveis durante a década de 90, verifica-se que o crescimento económico se manteve com uma insuficiente produção dos mesmos.

Bens Transaccionáveis Portugueses - Principais Movimentos 1985-2005

- A afirmação de um pólo dinâmico de exportações industriais centrado na indústria automóvel e dos componentes e equipamentos afins, que constituiu a grande mudança operada nestes quinze anos, sob liderança do investimento internacional; um movimento do mesmo tipo foi esboçado no sector da electrónica, mas não teve nem de longe, expressão semelhante à do automóvel;
- A ascensão gradual na cadeia de valor de algumas indústrias transformadoras fortemente exportadoras (dos têxteis para as malhas, vestuário em tecido e têxteis - lar; da pasta para o papel; das madeiras serradas para os aglomerados etc.), bem como o crescimento rápido das exportações de calçado;
- Uma forte redução da capacidade nos sectores Infraestruturais da Indústria – siderurgia, química, construção naval, mecânica e electromecânica – acompanhada pela transferência geral de propriedade para investidores externos; excepção a este movimento foram os sectores dos cimentos, da pasta e papel e da química dos sódicos e clorados (muito ligada ao fornecimento às indústrias da pasta e papel, têxtil e cerâmicas)
- A emergência, ainda sob forma localizada e pontual, de actividades mais sintonizadas com a dinâmica do comércio internacional em áreas como a produção de software, os serviços informáticos e multimédia; a electrónica profissional associada à automatização do atendimento nos serviços; a automação e robótica; os equipamentos e software para telecomunicações; os produtos farmacêuticos e os consumíveis hospitalares, mas ainda com pequena expressão nas exportações.

Tabela 1 – Breve Diagnóstico da Actividade Exportadora

Pontos Negativos	Pontos Positivos
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Um défice de produtividade resultante da interacção do padrão de actividades dominantes no País. ▶ Nas actividades internacionais, predominam indústrias baseadas na intensidade do trabalho e nas baixas qualificações – vestuário, calçado, cablagens etc.; na combinação de recursos naturais com reservas limitadas e baixas qualificações de trabalho – madeira, cortiça, papel, cerâmicas – e em serviços baseados em recursos naturais e baixas qualificações – o turismo “sol-praia”. ▶ Uma orientação de mercado das exportações concentrado numa única macro-região da economia mundial – a União Europeia. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Dinamismo verificado nos sectores de exportação tradicionais, quer em termos de empresas individuais, quer de lógicas de cooperação empresarial e ligação a centros de I&D. ▶ Existência de pólos de I&D de qualidade internacional em áreas que podem ser úteis, já no curto e médio prazo, para apoiarem a diversificação de actividades – robótica, automação, tecnologias de informação e telecomunicações, ciências de saúde, biotecnologia e química fina, polímeros, instrumentação, etc. ▶ Oportunidades de alargamento de mercados às empresas até agora mais viradas para o mercado interno, em Espanha e nos países lusófonos.

Fonte: ENDS 2005-2015 e anotações próprias.

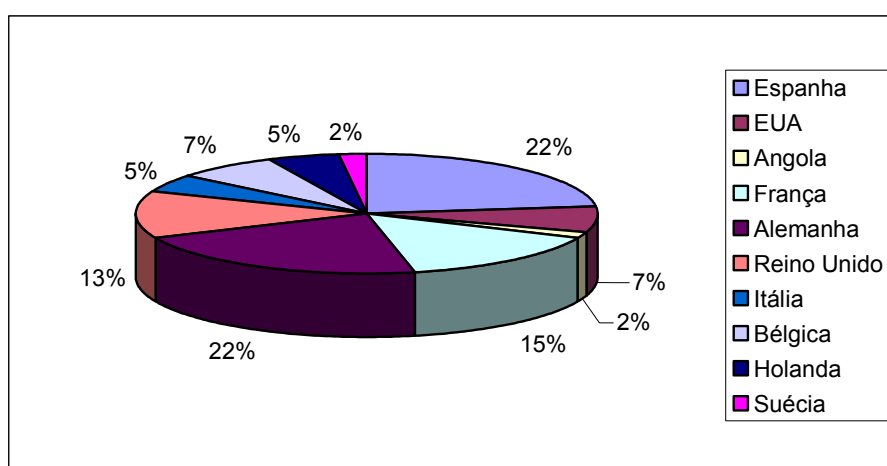
Em consequência directa desta insuficiência, a economia portuguesa endividou-se de forma galopante em relação ao exterior e a balança comercial deteriorou-se. Esta situação reflecte a perda de competitividade das exportações portuguesas tradicionais e também a falta de afirmação das exportações provenientes das indústrias de alta e média-tecnologia, associadas ao conhecimento, que hoje em dia são uma componente cada vez mais importante do comércio de produtos industriais transformados.

Analizando a evolução das exportações portuguesas e a respectiva quota de mercado destacam-se as seguintes tendências:

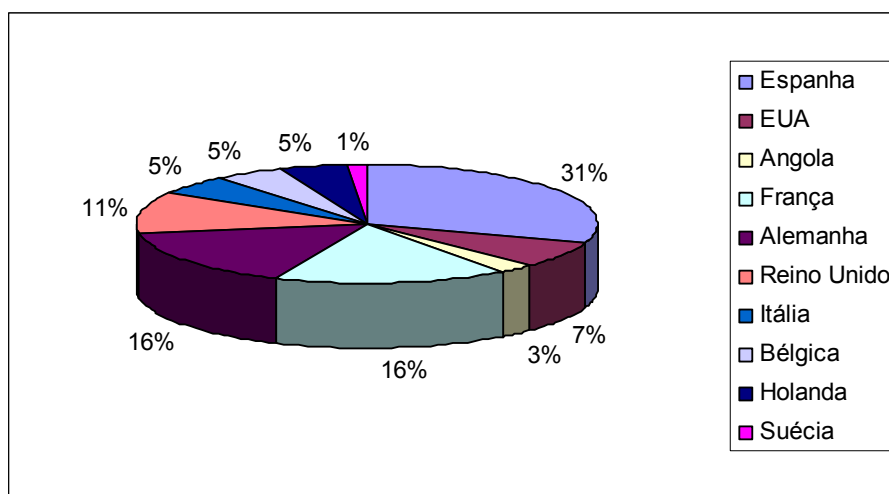
- Existe perda de quota de mercado ou a manutenção do status quo em vários destinos tradicionais, isto é, Alemanha, França, Reino Unido, EUA, Países Baixos e Suécia e ganho em Itália e Espanha (ver Figura 9). Nos restantes, Angola é tida como um caso de sucesso no que toca às exportações portuguesas, dado o volume e o crescimento recente das importações daquele país oriundas de Portugal. A descida de quota de mercado é, no entanto, um fenómeno comum à maior parte dos países envolvidos em comércio internacional devido à crescente afirmação nos mercados globais de dois novos players muito relevantes, a China e a Índia. Em relação ao peso das exportações no PIB, constata-se uma tendência decrescente entre 2000 e 2004, passando este indicador de 22,83% (2000) para 20,96% (2004).
- Em termos de sectores, prevaleceu a tendência de perda de quota de mercado no período 1998-2003: 10 dos 18 sectores, entre os quais os quatro mais representativos (42,1% do total), registaram perdas. Ao longo dos últimos seis anos, relativamente à média dos três anos anteriores, 65 das 108 observações registaram perdas (60,2%), 41 ganhos (38%) e 2 não apresentaram qualquer alteração. Os dois sectores com maior peso, o dos veículos rodoviários e o do vestuário juntamente com o sector do calçado, que representaram em 2003 mais de um terço das nossas exportações para a UE15, averbaram sistemáticas perdas ao longo dos últimos seis anos (excepção feita ao primeiro destes sectores em 1998).

Exportações Portuguesas – Principais Clientes

Ano 2001



Ano 2004



Fonte: INE Portugal

Figura 9

Também é importante considerar a evolução do comércio internacional de produtos industriais transformados, na óptica do seu grau de intensidade tecnológica tendo em conta que as indústrias de alta e média tecnologia são uma componente cada vez mais importante do comércio de produtos industriais transformados. Segundo a OCDE, no período de 1992-2001, os produtos de alta tecnologia (e.g. produtos farmacêuticos, equipamento electrónico, computadores etc.) conjuntamente com as de média-alta tecnologia (motores para veículos, produtos químicos, maquinaria e equipamentos, etc.), representavam cerca de 65% do comércio de produtos industriais transformados.

No caso português, dificuldades sentidas na balança comercial resultam também da falta de afirmação das exportações provenientes das indústrias de alta e média tecnologia. É preocupante que em anos recentes, a balança comercial de produtos industriais transformados tem sido deficitária em todas as categorias excepto na dos produtos de baixa tecnologia. Todavia, entre 2001 e 2003 verificou-se uma quebra do peso dos produtos de baixa tecnologia que se fixou em 42% no último destes anos. Durante o mesmo período, houve um reforço do peso dos produtos de média-baixa tecnologia, que presentemente ronda os 15%. Em 2003, o conjunto dos produtos de alta e média-alta tecnologia já representava 42,9% da estrutura da exportação. No entanto, e apesar de ter registado uma melhoria face à posição que detinha em 2001, o peso dos produtos de alta tecnologia atinge apenas 11,9% do total dos produtos industriais transformados em 2003. Por sua vez, o peso relativo dos produtos de média-alta tecnologia manteve-se em torno dos 31%.

Os dados mais recentes, revelam que as exportações portuguesas de mercadorias continuaram a perder quota de mercado mundial, e ficaram, deste modo, ao nível mais baixo dos últimos 20 anos, segundo as estatísticas publicadas da Organização Mundial

de Comércio (OMC).²⁷ Os primeiros dados disponibilizados por esta organização colocam o peso da economia portuguesa nas exportações mundiais em 0,359%, um valor que é ligeiramente inferior ao de 2005 (0,364%). Foi o terceiro ano consecutivo de quebra deste indicador e que colocou a quota nacional no valor mais baixo desde 1986. Apesar de o ano passado ter ficado marcado por um desempenho muito forte do sector exportador português, tal não foi suficiente para acompanhar totalmente a explosão das trocas comerciais que se continuaram a verificar em todo o globo. De acordo com os números da OMC, as exportações portuguesas de bens (para os serviços ainda não há dados disponíveis) cresceram em 2006 a uma taxa de 13,4% em termos nominais - uma das maiores das últimas décadas. O problema é que as exportações totais realizadas no globo aumentaram durante o ano passado a uma taxa superior a 15%, mantendo o ritmo elevado que se tem registado nos últimos anos.²⁸

Ao longo da história económica da segunda metade do século XX e do início do século XXI, Portugal registou duas grandes fases de acréscimo da sua presença nas trocas comerciais mundiais. A primeira ocorreu entre 1961 e 1973, período durante o qual a quota de mercado passou de 0,24 por cento para 0,31 por cento. Na origem deste resultado esteve a adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) em 1963 e a consequente entrada de várias multinacionais que aproveitaram a mão-de-obra barata portuguesa para instalar unidades de produção destinadas à exportação. Entre 1981 e 1992, a quota voltou a disparar, atingindo o seu máximo nos 0,49%. A adesão à União Europeia e as políticas de abertura do país à economia mundial explicam este resultado. Desde esse momento, no entanto, a tendência tem sido de descida da quota, com o país a revelar dificuldades em enfrentar a entrada no mercado mundial de vários países que concorrem directamente em indústrias trabalho intensivas.

Além da perda de cota de mercado, as exportações portuguesas manifestam ainda um nível de concentração bastante elevado num triplo aspecto:²⁹

- o nível de concentração dos mercados de destino das exportações é bastante elevado – oito mercados (Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, Itália, Bélgica, Holanda e Estados Unidos) absorvem, tradicionalmente, mais de 80% das exportações;
- embora em menor escala, o nível de concentração dos sectores exportadores é também bastante elevado – onze sectores representam mais de 50% do total, todos eles com peso superior a 2%;

²⁷ Notícia de Sérgio Aníbal intitulada **Exportações perderam quota em 2006**, Público On-line, 17 de Março de 2007 - 09h07, disponível em www.publico.clx.pt.

²⁸ Aliás, a perda de importância relativa das exportações de mercadorias portuguesas no comércio internacional foi, em 2006, um fenómeno que teve paralelo em quase todas as economias consideradas mais desenvolvidas. Dos Estados Unidos à Alemanha, passando pela vizinha Espanha, os países mais ricos do mundo perderam quota de mercado, dando espaço a outros actores, principalmente os provenientes do continente asiático.

²⁹ **Exportar Mais: Estratégia de Promoção Externa**, Núcleo Empresarial de Promoção Externa (NEPE), Março 2004, disponível em www.aeportugal.pt/Aplicacoes/Noticias/docs/NEPE.pdf.

- o nível de concentração das empresas exportadoras é, também, bastante elevado – das cerca de 17.000 empresas exportadoras, as 100 maiores foram responsáveis, em 2001, por cerca de metade do total das exportações.

Face a todos estes condicionantes, qual deve ser o caminho a percorrer no futuro imediato de forma a promover o comércio externo português? A resposta a esta questão importante exigiria uma análise detalhada que transcende os objectivos mais modestos traçados para presente ensaio. Julga-se, no entanto, oportuno referir algumas orientações e acções que Portugal terá imperiosamente de prosseguir se quiser vencer o desafio da terceira vaga da globalização. Em primeiro lugar, impõem-se um conjunto de acções integradas destacando-se, por exemplo, a formação de quadros em comércio internacional, a intensificação do design, como factor de competitividade, a montagem de um sistema de informação económica às empresas, a criação de marcas portuguesas e uma forte aposta na inovação e na tecnologia de forma a exportar produtos inovadores e de alta tecnologia.

Em relação ao aspecto comunicacional, convém referir que Portugal normalmente faz bem mas vende mal, uma situação que se deve aos seguintes factores:

- 1) As percepções internacionais da oferta de bens e serviços portugueses estão desfasadas, em geral pela negativa, da realidade concreta;
- 2) O comércio português não comunica a sua oferta a vários níveis (país, fileira, sector, empresa e produto) nem está suficientemente orientado para o exterior como seria desejável;
- 3) A colaboração entre os agentes dos sectores relevantes (empresas, associações empresariais e o Estado) é reduzida;
- 4) As estratégias comunicacionais dos diversos governos têm sido descontínuas, instáveis e pouco eficazes.

Aliada à adopção destas medidas concretas, é necessário “trabalhar melhor” os mercados tradicionais como também encontrar novos mercados. E aqui, importa referir as inúmeras oportunidades que o desenvolvimento económico no espaço lusófono proporcionará a Portugal. Por exemplo, as necessidades de investimento público e privado dos países lusófonos, tal como nos outros países em desenvolvimento e emergentes, são grandes e urgentes, especialmente tomando em conta a ambição de melhorar significativamente as condições de vida e de reduzir a pobreza.

Mais, é geralmente aceite que os desafios do desenvolvimento económico sustentado extravasam em larga medida as capacidades dos governos destes países e que a mobilização das iniciativas e dos recursos privados é imprescindível. Por sua vez, as dificuldades resultantes da baixa capacidade de absorção e da enorme disponibilidade de fundos internacionais, quer multilaterais quer bilaterais, representam importantes oportunidades de negócios para empresas, bancos e outros promotores portugueses que possam fazer a ponte entre os países beneficiários e os financiadores e doadores internacionais.

A prossecução desta estratégia enquadra-se nos objectivos da ENDS que compreendem o desenvolvimento económico e a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para a afirmação de Portugal no mundo, que passará pela capacidade de aprofundar, com espírito de iniciativa e inovação, os elementos fundamentais da identidade e diferença de Portugal na comunidade internacional. Para tal, o país deve actualizar as suas potencialidades em várias direcções, das quais se destaca o reforço de relações privilegiadas com o espaço lusófono, que passa em grande medida pela prossecução de uma política de cooperação que procure promover o desenvolvimento económico. Permite ainda a Portugal afirmar-se enquanto país exportador.

5. Conclusão

Saber gerir o desafio da globalização deve ser o interesse nacional predominante de Portugal, o seu destino histórico hodierno. Tal propósito decorre directamente da vontade do povo português em ser autónomo e diferenciado e implica saber continuar a construção da sua diferencialidade – a sua forma diferenciada de “ser” – a razão permanente do seu destino histórico. Embora parcial, a análise acima tem o mérito de salientar quão determinante é para uma nação a escolha da estratégia certa como também das políticas que a sustentam de forma a concretizar o seu destino histórico.

Em relação à primeira vaga de globalização, pode afirmar-se que o segredo do poder mundial, descoberto pelos portugueses, continua a ser a chave para a compreensão da evolução económica e política do mundo actual: os que triunfaram optaram por políticas mais inovadoras de liderança global. É evidente ainda a importância de os portugueses olharem “para fora”, para o mundo, em geometria variável. Em relação às políticas propriamente ditas, exige-se sobretudo uma eficaz articulação entre a política económica externa e a interna de forma a fomentar a competitividade e o desenvolvimento económico. Nesse sentido, este ensaio enfatiza a dificuldade da articulação entre as dinâmicas internas e internacionais como factor determinante da “decadência” que marcou o fim do século XIX português, caracterizada pelo atraso face ao processo industrialista ocidental.

Qual a principal conclusão a retirar desta decadência para a situação portuguesa actual? No meu entender, ela só pode ser a seguinte: mais importante do que criticar, é fazer. É preciso saber dar uma resposta concreta ao desafio da globalização. É pois necessário a existência de forças endógenas susceptíveis de fomentarem a mudança: há vantagem da “existência protegida de mecanismos institucionalizados de objecção e verificação e que possam (e saibam) integrar um conjunto coerente e significativo, susceptível de desenvolvimento, em que a cultura própria participe”, condição necessária para a tão necessária auto descoberta. Mais palavras do historiador: “Sem criação renovada não há destino histórico”.³⁰

³⁰ As citações vêm em **Destino**, op. cit., p. 267 e 280 respectivamente. Ou ainda p. 281, citado adiante no texto.

Para tal, é urgente levar a cabo duas acções importantes: a primeira, é a promoção de uma análise crítica da sociedade portuguesa e das suas potencialidades económicas, a partir dos esclarecimentos provenientes das experiências desenvolvidas no resto do mundo, de forma a identificar a “acção correctora esclarecida e atempada”; a segunda, é envolver a sociedade, em geral, e os agentes económicos, em particular, na definição do nosso destino histórico. Tal esforço exigirá uma maior responsabilização de toda a sociedade não só na concepção das políticas económicas e sociais ajustadas à nossa sociedade mas também na sua execução. Só assim é que as soluções propostas estarão voltadas para a resolução do problema de fundo em vez de serem superficiais, pouco eficazes e insustentáveis.

Em suma, conceber um destino histórico acaba por conduzir a uma forma de estabelecer um quadro da personalidade ou identidade nacional onde devem estar presentes os modos específicos de sensibilidade dos quais tem resultado um enriquecimento do humano. A consciência nacional é indispensável ao destino histórico e prova-se pela integração sintética das atitudes bem sucedidas que em, contextos, diversos, se verificaram, numa teoria geral de sucesso. Deste modo, a comunidade pode dispor de meio críticos interpretativos, susceptíveis de analisar as vias possíveis para enfrentar os comportamentos ineficazes, dentro daqueles parâmetros de equilíbrio de “sensibilidade – experiência – razão”³¹. Isto é a maneira portuguesa de ser, a nossa diferencialidade. Cabe-nos aplicá-la à esfera económica, agora inserida num horizonte mais alargado e global.

Tendo invocado a história pátria, termino retirando dela razões para termos confiança na nossa capacidade colectiva de corresponder aos nossos compromissos. Voltando à segunda e aos primórdios da terceira globalização, Borges de Macedo recorda-nos que apesar da existência de uma decadência efectiva verificada, não havia qualquer razão para a ligar à confiança no futuro. No plano político – das prioridades e das decisões a tomar – não existia consciência de uma decadência bem localizada e definida que era preciso de enfrentar. Existia sim, um sentimento apocalíptico de *Finis Patriae* que paralisava as soluções plausíveis e efectivas. As soluções propostas eram voltadas para o imediato confronto com as realidades da decadência e consequentemente incapazes de resolver o problema de fundo. No entanto, segundo o historiador, o diagnóstico popular nunca foi tão severo como o do escol político e dos intelectuais. Para o povo, a situação nunca esteve perdida pois guardava mais confiança nos seus próprios recursos. Eis o motivo da esperança lusitana face ao desafio da globalização!

³¹ Destino, op. cit., p. 280